



MINISTÉRIO DO ESPORTE
COMITÊ DE GOVERNANÇA INTERNA
CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRIDADE

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRIDADE DO COMITÊ DE GOVERNANÇA INTERNA - CTI/CGI/MESP

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de de dois mil e vinte e quatro, às dez horas e vinte minutos, na sede do Ministério do Esporte na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar, Sala 720, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP: 70054-906, foi realizada a 4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Integridade, presidida pelo Coordenador da Câmara Técnica de Integridade, Sr. **Wesley Alexandre Tavares**, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI); e com o comparecimento da Sra. **Aline Rabêlo da Silva Neves**, membro e Presidente da Comissão de Ética Setorial (CE); Sr. **Anthony Ruy Cunha Moreira**, membro e representante da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD); Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior**, membro e Ouvidor (OUV); Sr. **Felipe Mateus Sampaio da Silva**, membro e Corregedor (COR); e Sr. **Daniel de Oliveira Piza**, membro e Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade (APSD). Registrada a presença da Sra. **Daniele Leopoldino Silva**, Chefe de Gabinete Substituta da Secretaria-Executiva (SE); e da Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka**, Assessora Técnica da AECI. Verificado o quórum, consoante o art. 8º, § 7º, da Portaria MEsp nº 50, de 7 de agosto de 2023, a reunião iniciou com a seguinte pauta:

- 1) Apresentação da metodologia de monitoramento do Plano de Integridade;
- 2) Informes sobre a Comissão de Ética Setorial;
- 3) Informes sobre a visita ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) realizada pela Assessoria Especial de Controle Interno e Ouvidoria;
- 4) Informes sobre o Plano de Integridade no Futebol; e
- 5) Visita ao MEsp da Secretária de Integridade Pública da Controladoria-Geral da União (CGU).

O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** abriu os trabalhos, agradecendo a presença dos membros e pontuando sobre as dificuldades de conciliação das agendas de todos(as). Informou que a pauta da reunião seria curta e que haveria alguns informes a serem feitos. Recapitula os itens da pauta enviada previamente, com destaque à visita da Sra. Izabela Corrêa, Secretária de Integridade Pública da CGU, e sua equipe, agendada para o dia 13 de julho próximo. Citou a presença do Sr. Daniel de Oliveira Piza, novo integrante da CTI, no lugar do Chefe da APSD anterior, Sr. Dênis Rodrigues da Silva, e dá-lhe as boas-vindas. Observou que as reuniões deveriam ocorrer preferencialmente uma vez ao mês, por força da Portaria MEsp nº 50, de 2023, mas que demandas urgentes vêm impedindo tal ocorrência; solicita que todos(as) deixem pré-agendada a última semana de cada mês para a ocorrência das reuniões. Frisa que a execução do Plano já está em andamento; que há as ações a curto (até 12 meses), médio (até 18 meses) e longo (até 24 meses) prazos, e a vigência do Plano; que diversas ações de curto prazo já estavam cumpridas no momento do lançamento do Plano, a exemplo da parte normativa; que houve atraso neste lançamento, em razão da mudança de gestão; das dificuldades inicialmente presentes no MEsp, no que tange à pauta de integridade, em decorrência de ser um órgão que foi recriado, ao contrário de outros que têm um nível de maturidade maior e, por esta razão, conseguem avançar mais; que a partir de agora é necessário monitorar o Plano, mas sem burocratizar demais o processo; que na próxima reunião uma das pautas deve ser o Modelo de Maturidade em Integridade Pública - MMIP, proposto pela CGU, e explica o seu funcionamento, a partir do documento do projetado na tela naquele momento; fala sobre os KPAs que o MEsp já atingiu; da necessidade de atingir KPAs superiores no âmbito da Câmara Técnica de Gestão de Riscos (CTR); que a CGU deve abordar o MMIP em sua visita; que haverá uma prévia no

próximo dia 10; que a CGU está realizando visitas similares em todos os ministérios; que a visita ao MEsp deverá ser para compreender como o tema integridade está sendo trabalhado no órgão e que a CGU tem consciência das dificuldades operacionais enfrentadas pelo ministério, em decorrência da sua recriação no ano passado; que virá conhecer o Plano de Integridade; e como as unidades integrantes da estrutura de integridade estão trabalhando no contexto do Plano. Na sequência, explica o funcionamento do monitoramento do Plano; que, pela portaria e o Decreto do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal (Sitai), a responsabilidade é da USI; que no caso dos ministérios é a AECl, mas que é importante discutir a pauta no âmbito da CTI; que terminou invertendo a pauta, falando da visita da Secretária da CGU e, que se houver a necessidade, irá solicitar às áreas o envio de informações ou materiais; que provavelmente a CGU demandará ouvir um pouco da ética, ouvidoria, corregedoria e controle; que a ABCD, enquanto integrante da CTI, é uma área com avanços na área de gestão de riscos; que a participação da Secretaria-Executiva da Comissão de Ética é importante; que a gestão de riscos em muitos ministérios é conduzida pela AECl, mas entende que esta pauta é de gestão e não de controle, porém, não há unanimidade; que há a CTR, presidida pela SE, e a AECl participa como convidada. A Sra. **Daniele Leopoldino Silva** informa que a CTR está um pouco incipiente; que algumas situações impediram a situação avançar; que haverá a aplicação de questionário para iniciar o processo. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** prosseguiu sobre o monitoramento do Plano; que conversou com o Sr. Aureliano Vogado Rodrigues Junior sobre a metodologia, por ter trabalhado com a pauta de Governo Aberto, OGP; que o monitoramento é executado por meio de uma planilha simples; que os monitoramentos estão em transparência ativa; que optou por executar o monitoramento do Plano, seguindo a mesma metodologia, mas que gostaria de apresentar a proposta à CTI; que a intenção é apresentar o monitoramento na próxima reunião do CGI. Detalha as variáveis contidas na planilha projetada na tela, em conjunto com a Sra. Emiko Aparecida de Castro Matsuoka, apresentando os exemplos de ações de cada área contidos no modelo; que a intenção é que haja uma primeira rodada de monitoramento a ser entregue no final de julho para que, em agosto, haja um panorama da execução das ações, a fim de que seja realizado um ajuste nos prazos daquelas ações que não poderão ser entregues no fim do ano. O Sr. **Daniel de Oliveira Piza** ponderou ser importante os dados relativos às entregas que não ocorrerão, uma vez que poderão ser objeto de análise. Sr. **Anthony Ruy Cunha Moreira** sugeriu que as áreas indiquem, de antemão, aquelas ações que demandarão ajustes nos prazos. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** pontuou que haverá o momento propício para identificar as necessidades de ajustes, após a coleta de informações sobre as dificuldades enfrentadas pelas áreas, o que ocorrerá no primeiro monitoramento; que o propósito é que cada área analise a planilha e sugira alterações, se for o caso; que a intenção é ter um primeiro panorama em julho; que provavelmente será dado o prazo até 10 de julho para as áreas se manifestarem, para ter um primeiro panorama no final de julho; que entre outubro e novembro haverá uma nova rodada, para obter um segundo panorama de monitoramento em dezembro e, dessa forma, ter uma avaliação se haverá ajustes nos prazos iniciais; que o envio ocorrerá via SEI; e que as campanhas previstas no Plano serão discutidas no âmbito da CTI. Compartilhou, ainda, uma situação envolvendo os fluxos de conflito de interesses relatado pela Sra. Emiko Aparecida de Castro Matsuoka em oportunidade anterior, no que tange a uma consulta enviada à Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública (SECEP) por um(a) servidor(a) ocupante de cargo/função de nível 13 sobre possível existência de conflito de interesses; que o processo foi apreciado pela CEP, apesar do cargo/função do(a) servidor(a), e encaminhado ao Gabinete do Ministro (GM) e, posteriormente, à AECl, provocando estranheza na própria AECl e na CE sobre o fluxo adotado pela SECEP, uma vez que comprometeu o sigilo da consulta e que não deveria ter sido encaminhado ao GM e AECl; que, para sua surpresa, a SECEP informou que o fluxo adotado procedia. A Sra. **Aline Rabêlo da Silva Neves** informou que a CE tentou agendar uma reunião presencial com a SECEP para discutir a situação com a Coordenação-Geral de Conflito de Interesses daquele órgão, mas que não havia agenda disponível para os próximos dias; que conversou com a Coordenadora-Geral por telefone, a qual confirmou o fluxo adotado; que o procedimento realizado pela SECEP gerou um desgaste para o(a) servidor(a); e que está aguardando passar a Reunião Ordinária da CEP para solicitar agenda novamente. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** se dispôs a conversar com a Secretária-Executiva da CEP para discutir os fluxos. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** citou que a AECl não precisa ser consultada e que, no máximo, a única unidade que poderia ter acesso ao processo seria a Ouvidoria, caso fosse encaminhado primeiramente para essa Unidade e que em seguida seria tramitado para a CE; e que, mesmo assim, sairia do fluxo. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** ressaltou a importância da adoção de campanhas informativas relativas ao tema para

o público interno do MEsp, bem como campanhas sobre procedimentos para realização de denúncias, com proteção ao denunciante. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** e a Sra. **Aline Rabêlo da Silva Neves** chamaram a atenção para a fragilidade do processo e de eventuais responsabilizações nas esferas administrativa e judicial. A Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** alertou que esse tipo de fluxo pode ensejar em invalidação do processo. Dando seguimento à pauta, o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** retomou à planilha de monitoramento; comunicou que irá enviar aos(às) membros da CTI para avaliação da proposta pensada pela Sra. Emiko Aparecida de Castro Matsuoka, pelo Sr. Leonardo Passinato e Silva e pela sua pessoa. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues** destacou a importância das "microações" em cada atividade. A Sra. **Aline Rabêlo da Silva Neves** lembrou que a CE tem o seu plano de trabalho e que o monitoramento dialoga com o que a Comissão desenhou. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** apontou a importância de conversar com as áreas que têm ações no monitoramento e que não fazem parte da CTI; que a responsabilidade é a AECl, conforme estabelecido pelo Sitai; que há áreas como a Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM) e a Consultoria Jurídica (CONJUR) que também precisam ser indicadas como responsáveis em determinadas ações do Plano de Integridade; que estas áreas poderão ser incluídas na segunda versão do Plano; que a planilha será enviada por *e-mail* e consultou os(as) membros se o dia 7 de junho poderia ser o prazo para devolutivas; que a intenção é que a planilha seja lançada em julho para preenchimento das áreas. A Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** complementou que na versão final da planilha constará todas as ações do Plano de Integridade previamente preenchidas pela AECl. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** e a Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** explicaram detalhes operacionais da planilha. A Sra. **Daniele Leopoldino Silva** informou o recebimento na Secretaria-Executiva de uma demanda da SNPAR referente a uma homologação, por parte do MEsp, de uma cartilha de uma entidade; que é importante envolver a única área do MEsp que têm a expertise de produção de cartilhas, existente na SNEAELIS, quando há demandas dessa natureza, independente do conteúdo. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** seguiu para o segundo ponto da pauta e passou a palavra para a Sra. **Aline Rabêlo da Silva Neves**, que relatou as mudanças na composição da CE; que os trâmites para a designação para o novo membro da Comissão estão em andamento; que o plano de ação da CE está alinhado ao Plano de Integridade; que o Código de Ética do MEsp está em elaboração; que a sua recondução como Presidente também está tramitando. Sr. **Wesley Alexandre Tavares** sugeriu que a minuta do Código de Ética fosse submetida à leitura da CTI para contribuições, antes de ser apreciado pela CONJUR. A Sra. **Aline Rabêlo da Silva Neves** concordou, ao passo que o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** acrescentou que temas como participação social, diversidade, *home office*, programa de gestão, e uso de mídias e redes sociais poderiam estar contemplados do Código; que é necessário refletir sobre a existência de diferentes vínculos trabalhistas dentro do MEsp. O Sr. **Felipe Mateus Sampaio da Silva** destacou o relacionamento com fornecedores, citado no Plano de Integridade. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** salientou que o tema tem relação com a pauta relacionada à integridade no futebol; que é uma iniciativa compartilhada com a OUV, AECl e ABCD, e passa a palavra ao Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues**, que, por sua vez, narra o histórico de inserção do MEsp na pauta; que houve uma participação sua com o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** em um seminário; que surgiu a ideia de construção de um plano de integridade no futebol, em conjunto com a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDT); que este plano é baseado no Plano de Integridade; que tem um potencial para atingir os clubes; que houve uma visita sua e do Sr. Wesley Alexandre Tavares ao COB para conhecer o sistema de monitoramento do Programa Gestão, Ética e Transparência (GET) que avalia as confederações; que o plano tem a previsão de ações e está organizado em eixos. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** citou que ocorreu uma visita ao Botafogo e uma reunião com o São Paulo; que a estruturação se fundamenta no Plano de Integridade, mas que são voltadas ao futebol; que há diversos eixos temáticos como antidopagem, educação, relacionamento com os atletas e relacionamento com os torcedores; que o Secretário Nacional da SNFDT, Sr. Athirson Oliveira, concordou com a ideia e vem tratando a matéria em suas reuniões e visitas; que o MEsp irá atuar como fomentador. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues** ressaltou que é necessária uma estrutura na SNFDT para monitorar os planos. O Sr. **Anthony Ruy Cunha Moreira** apontou a sua experiência como árbitro de futebol em uma escolinha do São Paulo e da importância das ações educativas, principalmente quando os líderes dão o exemplo para os alunos; que nas ações de fiscalização da ABCD dos jogos há uma diferença entre os clubes na recepção da equipe do MEsp, uma vez que chegam aos estádios sem aviso prévio; que a cultura da ética reflete bastante nos comportamentos dos clubes. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** frisou que o plano está em processo de formatação e que deve ser pensada a questão normativa. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues** observou

como a temática da integridade funciona no São Paulo, mencionou a ideia de haver um selo e como esse tipo de iniciativa seria interessante. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** complementou que a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) precisa estar envolvida como patrocinadora da iniciativa; que é fundamental emplacar o tema da integridade por meio da CBF, principalmente em razão dos últimos acontecimentos relativos à manipulação de resultados; que o MEsp terá muito a ganhar como fomentador da integridade no futebol e que a ideia do selo é importante. O Sr. **Anthony Ruy Cunha Moreira** comentou sobre a vivência positiva no passado referente ao selo antidopagem; que as organizações demandaram o selo para os seus projetos; que o selo contribuiu para o fortalecimento das iniciativas das organizações. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues** destacou a experiência da criação do selo do Pró-Ética da CGU. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** seguiu com o relato da visita ao COB e o funcionamento do GET, no que diz respeito aos critérios para repasse dos recursos às confederações. O Sr. **Anthony Ruy Cunha Moreira** detalhou como as metas de antidopagem são estabelecidas às confederações e as discussões que envolvem a ABCD e o COB. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** continua a descrição da visita ao COB; que as exigências ocorrem de acordo com o nível de maturidade das confederações; que a visita foi produtiva; que o COB tem uma equipe específica que atua no GET; que o COB cumpre o seu papel para fomentar a ética e integridade. O Sr. **Anthony Ruy Cunha Moreira** ressaltou que o GET tem criado uma cultura nas confederações; e que elas têm procurado a ABCD por causa do GET. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** concluiu a sua avaliação positiva sobre a visita, informando que há questões apresentadas pelo COB que vêm sendo trabalhadas no MEsp, principalmente as áreas de *compliance* e adesão às normas e igualdade de gênero; que a pauta de integridade tem tido o apoio do Secretário Nacional, Sr. Athirson Oliveira, e da Presidente da ABCD, Sra. Adriana Taboza; e que há um terreno fértil a ser trabalho, como os comitês e a Lei Geral do Esporte (LGE). A Sra. **Daniele Leopoldino Silva** perguntou sobre a reunião ocorrida com a ASCOM, ao passo que o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** expôs ideias de campanhas de comunicação que poderiam ser empreendidas pela CTI. A Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** lembrou que uma das ações mais urgentes do Plano é a elaboração do documento orientador sobre as condutas vedadas nas eleições. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** esmiuçou o assunto, corroborando a imprescindibilidade de discutir a respeito o quanto antes com a CONJUR e ASCOM. Por último, o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** indagou se algum participante gostaria de tecer alguma consideração e o Sr. **Daniel de Oliveira Piza** explicitou a sua preocupação com a quantidade de demandas recebidas e a necessidade de atendê-las, fazendo referência às ações do Plano de Integridade. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** rememorou os pontos que serão levantados na visita da Sra. Izabela Corrêa. Nada mais havendo a tratar, o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** agradeceu a presença de todos(as) e deu por encerrada a reunião aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às doze horas, da qual, para constar, eu, **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka**, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente por mim, que secretariei, e por todos os integrantes presentes da Câmara Técnica de Integridade.



Documento assinado eletronicamente por **Wesley Alexandre Tavares, Coordenador(a) da Câmara Técnica de Integridade**, em 26/11/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Anthony Ruy Cunha Moreira, Coordenador(a)-Geral**, em 27/11/2024, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Aureliano Vogado Rodrigues Junior, Ouvidor(a)**, em 27/11/2024, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Mateus Sampaio da Silva, Corregedor(a)**, em 27/11/2024, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Aline Rabêlo da Silva Neves, Presidente da Comissão**, em 29/11/2024, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Daniel de Oliveira Piza, Chefe de Assessoria**, em 02/12/2024, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka, Assessor(a) Técnico(a)**, em 13/12/2024, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **15534773** e o código CRC **E0DAA8CD**.

Referência: Processo nº 71000.078089/2023-62

SEI nº 15534773

Criado por [emiko.matsuoka](#), versão 15 por [leonardo.passinato](#) em 26/11/2024 16:11:02.